

## COMO DESCOLONIZAR O CONCEITO DE INFÂNCIA? DIFERENTES FORMAS DE SER CRIANÇA NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Bruna Moraes Battistelli<sup>1</sup>; Alexandre Missel Knorre<sup>2</sup>; Lílian Rodrigues da Cruz<sup>3</sup>

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, [brunambattistelli@gmail.com](mailto:brunambattistelli@gmail.com)*

**Resumo:** Objetiva-se discutir a produção de infâncias a partir de pesquisas na área da Psicologia Social. Este trabalho constitui-se enquanto recorte de uma dissertação de mestrado sobre práticas de cuidado em relação a crianças e adolescentes no Acolhimento Institucional. Foram utilizados a observação e troca de correspondências com os envolvidos. Discutir a produção de diferentes formas de ser criança passa pela possibilidade de apostarmos no respeito aos diferentes modos de ser família, práticas de cuidado parentais e na autonomia de crianças em múltiplos contextos de desenvolvimento. Colocamos em análise conceitos como proteção e risco, muitas vezes pautados em modelos embasados por pesquisas e teorias que pouco respeitam as diferenças culturais dos diferentes cenários.

**Palavras-chave:** acolhimento institucional, criança, proteção, risco, assistência social.

Pensar sobre modos de ser criança em contexto institucional requer da Psicologia Social certo deslocamento quanto ao como operarmos com conceitos, como o de infância. Ainda o utilizamos como uma forma de entender e capturar diferentes formas de existência. Como pensar os pequenos sujeitos que encontramos no Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes? Sujeitos de quem muito se fala e pouco se escuta. Assim, apresentamos um recorte da dissertação “Carta-grafias: entre cuidado, pesquisa e acolhimento”, com objetivo de discutir a utilização do conceito de infância. Pesquisa que trouxe algumas inquietações quanto ao tema: quem é a criança na política pública de acolhimento? Seria um sujeito universal?

Compomos nossa discussão a partir de memórias da pesquisa. Outras possibilidades vão surgindo para discutir a infância. A jovem que não quer ir para a escola e que com isso movimenta a rede de serviços surge enquanto inquietação. Linha tênue entre proteção e negligência se constitui. Quatro irmãos que cuidavam de si quando o pai faleceu. E dos irmãos que se protegiam no abrigo, mesmo com pouca idade. Como estabelecer modos de proteção para crianças que não podem/devem ser tomadas como universais? Seu

---

<sup>1</sup> Doutoranda no PPG Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

<sup>2</sup> Mestrando no PPG Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

<sup>3</sup> Professora do PPG Psicologia Social e Institucional (UFRGS).

desenvolvimento e modo de vida não seguem uma regra, assim como não podem ser capturados por documentos que ditam certos modos de cuidar. Modos de ser crianças que burlam a norma e escapam por entre as tramas da proteção.

Em nome de um sujeito, ainda próximo de um universal, constituímos intervenções sobre a infância. Armadilha perigosa a qual estamos expostas/os enquanto pesquisadoras/es, trabalhadoras/es. Precisamos entender a partir de qual parcialidades a criança com quem trabalhamos é atravessada. Algumas são importantes destacar no trabalho com a política de acolhimento: são oriundas de bairros pobres e violentos, com alto nível de estigmatização social, em sua maioria negras e de famílias pobres. Intersecção entre raça, classe social, gênero e origem no território aparece como necessária para problematizarmos a perspectiva epistemológica da qual partimos no trabalho. Uma discussão ainda muito incipiente para o campo da Psicologia. Importamos/reproduzimos pesquisas referentes ao tema do desenvolvimento infantil; pesquisas oriundas dos Estados Unidos ou da Europa, pouco apropriadas para pensar as peculiaridades do que é crescer criança em um país como o Brasil.

Escolhemos trabalhar com autoras e autores brasileiros. Focamos em experiências de pesquisa relacionadas a outras crianças e adolescentes: indígenas (oriundas de diferentes territórios e tribos). Por consequência, pensar a partir de referenciais não eurocêtricos ou norte-americanos. Desnaturalizar o uso do conceito de infância para a psicologia, buscando outros modos de pensar a temática. Autoras e autores brasileiros que estudam filosofias indígenas. Em particular, a filosofia Guarani. Essa mudança de perspectiva veio a partir de uma pista que surgiu no abrigo. A psicóloga refere que eles tentam cuidar como que se fosse uma tribo.

Durante o processo de pesquisa que se deu em um serviço que oferecia a medida de proteção em Acolhimento Institucional ouvia-se durante as observações que naquele espaço cuidava-se como em uma tribo. Como é cuidar como se fosse uma tribo? Toda tribo cuida de forma igual? Como é cuidar crianças em outras culturas? Não querendo positivar formas de cuidar, optamos por um exercício de mudar pontos de vista. É preciso mudar as perspectivas, ou como o professor Émerson Mehry gosta de dizer: *é preciso mudar a vista do ponto*. É hora de olhar para além do que a psicologia “tradicional” produz enquanto entendimento de desenvolvimento humano.

Antonella Tassinari (2007) afirma que por muito tempo não nos permitimos levar a sério o tratamento que os indígenas dispensavam às crianças. A autora relata que a liberdade e autonomia, muitas vezes, foram (e são) interpretadas como

ausência de limites e de autoridade dos pais. Ela aponta que a criança indígena parece ter maiores possibilidades de vivenciar a infância com maior independência e autonomia do que podemos supor. Para ilustrar o que pensamos, segue um trecho do diário de campo produzido durante a pesquisa

É sábado de manhã e começa a aula de educação guarani. Muitas pessoas de diferentes nacionalidades e com diferentes experiências em relação ao tema. Muitos estão fazendo suas pesquisas na área. Conhecem e frequentam aldeias, trabalham com professores e com escolas indígenas. Sinto-me uma metida. Quero estar lá para poder explorar outros referenciais quanto ao tema do cuidado e da infância. Não há o que me convença a usar aquele sujeito que se envolveu com o Terceiro Reich e que é muito citado nos trabalhos sobre cuidado. Permaneço assim, como o mesmo grupo de autores que usei no projeto e acrescento agora partes de uma filosofia mais próxima: a filosofia indígena. Neste primeiro momento exploro a perspectiva de diferentes tribos, mas sinto que aos poucos irei focar em uma só, tema da disciplina que iniciei. Como se constitui a educação guarani? Se o objetivo é cuidar como uma tribo; como guaranizar a noção de cuidado? (trecho de diário de campo, 26/03/2017).

Entendendo nosso dever ético-político de produzir conhecimento na América Latina, optamos por propor deslocamentos em busca de uma prática de pesquisa perspectivada e situada. Podemos estar sendo precipitados, mas precisamos nos posicionar e recorrer à literatura mais próxima. Nossas leituras situaram-se principalmente sobre os Guaranis, pelo fato de que para estes, há o reconhecimento da autonomia das crianças, que devem ser respeitadas. A criança é vista como um ser de fato, com um espírito que precisa ser cativado para permanecer na terra (MELLO, 2006).

Para os Guaranis, além de oferecer autonomia para a criança é preciso demonstrar respeito, pois o espírito que volta pode ser de um membro da família que faleceu. Uma visão de infância que permite outros modos de pensar o conhecimento. A criança Guarani, por exemplo, aprende com os mais velhos, através de processos como a observação e imitação, um exercício que por vezes precede da palavra e constitui-se no tempo da relação (MENEZES; BERGAMASCHI, 2015). A questão da escola (mesmo em uma tentativa diferenciada) não é unanimidade entre as diferentes etnias Guaranis, há aldeias que não contam com este aparato e as crianças aprendem a ler e escrever o português com adultos que saibam.

Assim, não deixamos de pensar nas crianças que passam pelo abrigo. Há uma autonomia que é interessante de ser pontuada. Algumas pessoas irão dizer que não há autonomia, pois enquanto crianças e adolescentes há pessoas que devem escolher o que é melhor para seu desenvolvimento. Uma psicóloga uma vez

pontuou que o menino precisava se experimentar fora do abrigo e que, por esse motivo, fugia. Uma aposta na potência do movimento do jovem, para além de punições, brigas e reprimendas. Uma aposta na autonomia do sujeito, potência em uma circulação, por vezes criminalizada. "As etnografias mostram que as crianças indígenas têm uma liberdade de escolha que nos parece inconcebível, porque lhes permite tomar decisões que afetam diretamente seus pais, familiares ou comunidade" (TASSINARI, 2007, p.13).

O aprendizado para os *kaiapós* envolve não só transmissão de saberes, mas, principalmente, o fortalecimento dos órgãos sensoriais; ensinar e aprender passa pela fabricação do corpo que aprende (TASSINARI, 2007). Uma advertência faz a autora: não há como apontar um modo indígena de conceber a infância, frisando que este conceito é datado e europeu. Pensar a partir do termo criança possibilita variadas formas de tratar este período. Produzimos um breve panorama que não tem o objetivo de aprofundar o tema, mas iniciar um diálogo que possa ser desdobrado em futuros trabalhos.

É possível descolonizar nossa produção sobre crianças pobres? Por que não pensar a noção de infância e cuidado a partir de produções indígenas? O que a psicologia pode aprender com o entendimento indígena de vida, família, infância? Por que no meio acadêmico relutamos em incluir nos currículos filosofias indígenas? Pensando na descrição do EDIS (Estudos das Infâncias, Juventudes e Velhice), a discussão que propomos situa-se como possibilidade de pensarmos a criminalização de determinados modos de ser criança e consequentes práticas de cuidado. Um outro olhar sobre o tema se produz quando conseguimos pensar para além da literatura clássica em Psicologia do Desenvolvimento.

Para os *Kaiapós*, uma das concepções que fazem parte de sua pedagogia aposta na máxima que as crianças "tudo sabem por que tudo veem", se referindo a uma situação que não é mais compartilhada pelos adultos, que já não podem circular livremente por todos os espaços da aldeia. A aprendizagem passa pelo desenvolvimento dos órgãos sensoriais: o ouvido e o coração (TASSINARI, 2007). A observação é parte fundamental da pedagogia nativa *Kaiapó*. Assim, as crianças aprendem muito mais do que os adultos ensinam. Há uma habilidade em processar tudo o que acontece à sua volta, que a inserção em ambientes como a escola vai fazendo com que a percam.

As crianças no abrigo aprendem observando, repetem gestos, aprendem a acolher: não há idade, situação ou condição cognitiva. A pequena que se solidariza com o menor ainda que está sendo arrumado para ir passar uns dias com a tia. Para ela, que assiste a cena, há um não-cuidado com o menino, já que aparentemente, ela reconhece

só o abrigo como espaço que pode lhe acolher bem. A família (para ela) é tomada como lugar de sofrimento.

Um trabalhador explica que as crianças e adolescentes, por vezes, são chamados para fazer a acolhida de quem está chegando ao abrigo. Uma conexão com um texto do Gilles Deleuze (2011) que afirma "a criança não para de dizer o que faz ou tenta fazer: explorar os meios, por trajetos dinâmicos, e traçar o mapa correspondente. Os mapas dos trajetos são essenciais à atividade psíquica (p. 73)".

O autor vai explorar essa relação com a constituição de mapas, afirmando que os mesmos são redistribuições de impasses e aberturas, de limiares e clausuras, com o inconsciente lidando assim, com trajetos e devires. Não consigo dissociar do que temos tratado quanto às passagens. Deleuze teria bons diálogos com a perspectiva de se constituir crianças Guaranis, por exemplo. Cuidamos como em uma tribo? Desconfio que não seja bem como em uma tribo. Há muitas tribos indígenas e infindáveis modos de cuidar. Lembramos de uma em que sua forma de cuidado de crianças aparece no "roubo" de crianças. A apropriação dos filhos alheios permite a manutenção de relações mais cordiais entre diferentes aldeias e famílias. Um cuidado que passa pela predação dos filhos alheios.

Em outra experiência etnográfica, Lecznieski (2005) conta como as crianças são centrais na vida dos Kadiwéu, e como a "apropriação" dos filhos é comum no processo de constituição das famílias. A autora aponta que eles são tomados por outros como muito "relapsos" com as crianças que tem liberdade para brincar. Os Guaranis, na perspectiva de autores como Schaden (1962), também são situados como "relapsos" quanto ao tema dos limites para as crianças. Enquanto produtoras/es de conhecimento, por vezes colonizamos modos de existência outros. Nos questionamos quanto ao risco que corremos como tentamos "encaixar" sujeitos crianças em uma "forma" feita a partir de outros modos de vida. Como constituímos a narrativa de que povos como os Kadiwéu e os Guaranis são relapsos com suas crianças? A liberdade que dão aos seus pequenos, assim passa por um filtro de captura onde proteção e cuidado insistam ao governo de práticas parentais.

Descolonizar o conceito de infância passa pela construção de outras narrativas sobre os pequenos que enquanto adultos tendemos a governar sob a égide do melhor para seu desenvolvimento infantil. Descolonizar este conceito seria abrir espaço para discussões que levem em conta os saberes ancestrais que foram situados enquanto inadequados e folclóricos pela lógica hegemônica ocidentalizada e eurocentrada. A cosmologia que rege o educar e cuidar em uma tribo parece mais complexa e mediada por

outras questões. A necessidade de entender as crianças e os adolescentes em seu contexto social, nos surge enquanto pista. É possível garantir o cuidado? Talvez sim, se pensarmos para além da lógica familiar nuclear, materno centrada. O cuidado de uma criança pode ser feito por outras redes que se tecem na peculiaridade do território no qual se está inserido. Por que não conseguimos pensar limites e autonomia a partir de outros referenciais? Descolonizar o conceito de infância, assim passa pelo processo de descolonização da própria Psicologia Social enquanto produtora de conhecimentos.

Cohn (2005) vai explorar a temática da criança atuante, situando o lugar ativo desta na constituição das relações sociais de algumas etnias indígenas. Neste caso, é entender que a criança interage ativamente com os adultos e com outras crianças, assim como com o mundo, sendo parte importante para consolidar os papéis que assume e as relações em que está inserida, pontua a autora. Assim, a noção de criança atuante nos parece mais adequada para pensar as relações que se estabelecem em um abrigo. Outra perspectiva de olhar para sujeitos que passam a ser submetidos a relações mediadas por serviços de acolhimento.

Linhas tênues que se tecem em terreno pouco valorizado pela Psicologia Social. Descolonizar um conceito arraigado de preconceitos e naturalizações como o de infância exige que olhemos para como estamos produzindo conhecimento na área do desenvolvimento infantil e como conseguimos operar com conceitos como risco, cuidado e proteção. Descolonizar passa assim por nos responsabilizarmos por práticas de cuidado e proteção que muitas vezes podem ser confundidas com violência e opressão, pois são constituídas sobre alicerces branco e eurocentrado. Insistimos no verbo descolonizar enquanto aposta para colocarmos em análise as parcialidades com as quais pactuamos.

### **Referências Bibliográficas**

COHN, C. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 2011.

LECZNIESKI, L. K. **Estranhos laços: predação e cuidado entre os Kadiwéu**. 2005. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina.

MELLO, F.C. **Aetchá Nhanderukuery Karai Retará. Entre deuses e animais: Xamanismo, Parentesco e Transformação entre os Chiripá e Mbyá Guarani**. 2006. 70f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina.

MENEZES, A. L. T. de; BERGAMASCHI, M. A. **Educação Ameríndia: a dança e a escola guarani.** Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2015.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

TASSINARI, A. M. I. **Concepções indígenas de infância no Brasil.** Tellus, ano 7, n.13, p.11-25, 2007.

